

MATOPIBA: EXPANSÃO AGRÍCOLA E CONCENTRAÇÃO DE PRODUÇÃO NO CERRADO

Natália Frazão de Almeida¹
Francisca Suenia Silva²
Jessiane França Soares³

Resumo

A nova fronteira agrícola a MATOPIBA, formados parcialmente pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia está representada por uma realidade de alta produtividade nessas fronteiras em que os empresários vêm aumentando os investimentos de tecnologias modernas. Segundo a Embrapa, o grande critério de delimitação territorial foi à implicação dos quatro Estados apresentarem como base as áreas de cerrados existentes e caracterizarem dados socioeconômicos nas microrregiões homogêneas do IBGE. Verificam-se as disparidades na distribuição das terras e na organização do espaço rural que privilegiam alguns segmentos sociais. Ela ocorre de forma injusta e desigual, esse modelo de agricultura veio associado de má distribuição de terras, elevando as desigualdades sociais no campo e na sociedade.

Palavras-chave: MATOPIBA; Conflitos sociais; Expansão agrícola.

Introdução:

A expansão agrícola tem adentrado sobre o domínio dos cerrados brasileiro, devido às demandas do mercado internacional. Surge o MATOPIBA a partir das características naturais e de dados socioeconômicos das microrregiões marcados pelas inovações tecnológicas no plantio e cultivo de grãos.

A soja é o principal plantio na fronteira agrícola brasileira dos quatro Estados e estes estabelecimentos agrícolas têm crescido em área e produtividade. Os produtores vêm dominando as técnicas e modernizando nesse processo de desenvolvimento econômico.

O governo com a implantação do Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) do MATOPIBA traz conflitos no campo, com um modelo econômico e social atrelado à hegemonia territorial nos monocultivos e impactos ambientais. Este PDA afeta Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos e Quilombos, o mesmo incentiva e investe a

¹ Universidade Estadual do Maranhão; nati-azevedo@hotmail.com.

² Universidade Estadual do Maranhão; suenia_13frashe@hotmail.com.

³ Universidade Estadual do Maranhão; jessianefs1@gmail.com

ocupação/expansão do agronegócio, alcançando diferentes escalas de áreas de terras. A Embrapa divulgou um quantitativo de 42 Unidades de Conservação, 28 terras indígenas, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas. Sendo que estes dados não contabilizaram os territórios dos povos indígenas e quilombolas, que estão em processo de reconhecimento ou demarcação.

Desenvolvimento Territorial Estratégico

A nova fronteira agrícola a MATOPIBA, formados parcialmente pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia está representada por uma realidade de alta produtividade nessas fronteiras em que os empresários vêm aumentando os investimentos de tecnologias modernas. Na Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA, pressupõem-se que com o aumento da agricultura mecanizada, mais empresas estarão se deslocando para os municípios pertencentes a região do projeto e com isto haverá um desenvolvimento urbano a partir da chegada de indústrias e serviços. Assim como ocorre no município de Balsas MA, por exemplo, onde “a cidade exerce um papel de centralização de atividades econômicas, em virtude de atender as demandas do consumo produtivo do próprio município e dos demais municípios da região” (ALVES, 2005 apud SANTOS 2011, p. 78). No entanto, mesmo com o crescente aumento nos dados estatísticos pertencentes a produção da soja na região sul maranhense não está havendo melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A maior parte da população continua com renda muito baixa e as reclamações de explorações de suas terras são frequentes.

O projeto MATOPIBA compõe 31 microrregiões, 337 municípios com mais de 324 estabelecimentos agrícolas, formados por 73 milhões de hectares distribuídos nos quatro estados (Figura 1). Esta delimitação é bastante gananciosa, pois a área total de Tocantins está incluída no projeto, o que possivelmente facilitará a devastação do bioma Cerrado nesse Estado. No Maranhão é a região sul que se destaca na produção agroindustrial, mas de acordo com o mapa em destaque, boa parte do Estado está incluída na proposta de delimitação, o que novamente demonstra ser um projeto ambicioso.

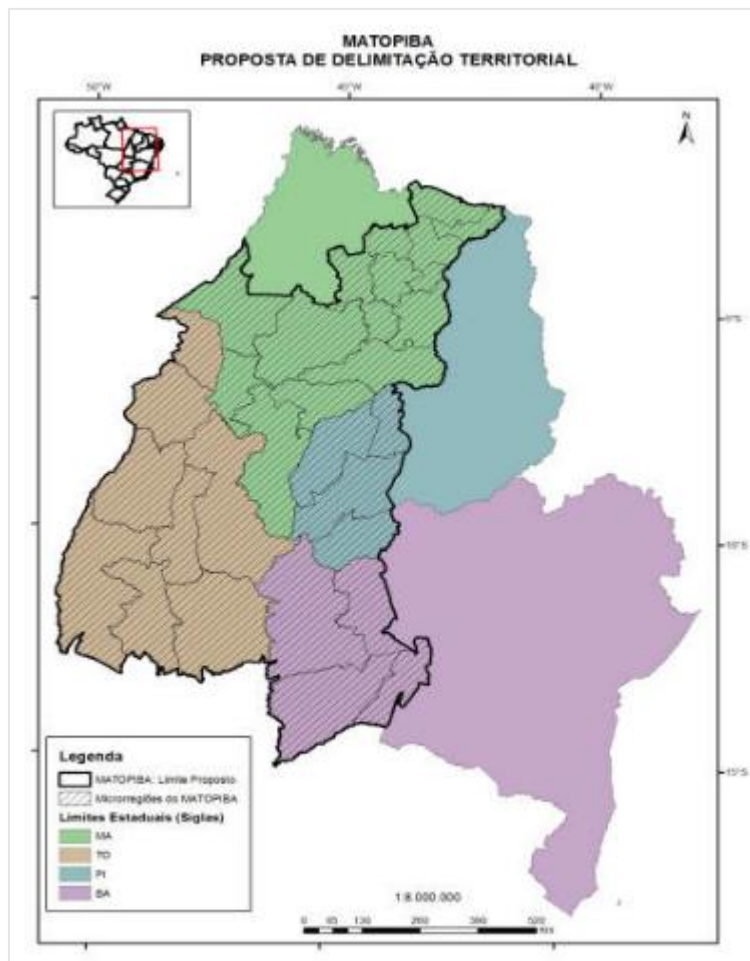


Figura 1 - Delimitação Territorial. | Fonte: EMBRAPA, 2014.

O projeto foi acordado, através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – (GITE) que presta serviços e monitoramento, enfatizando a dinâmica espacial e temporal do uso, ocupação e atribuição da terra, assinando o Acordo de Cooperação Técnica entre INCRA e a Embrapa em 2014, objetivando o apoio técnico e científico entre elas.

Essas propostas de delimitação territorial do MATOPIBA e do Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para a região em andamentos são apresentadas em reuniões com a Diretoria e Presidência do INCRA, Carlos Guedes. Em parceria com a Embrapa os resultados de encontros, também, foram apresentados ao Laudemir Müller, ministro interino de Desenvolvimento Agrário e ao Maurício Antônio Lopes, presidente da Embrapa em setembro de 2014.

Critérios de Delimitação Territorial

O MATOPIBA é uma região estratégica que com a proximidade de importantes portos do Norte como os de Belém, Itaquí, Suape e Pecém, tem como objetivos atender aos mercados interno e externo.

Segundo a Embrapa, o grande critério de delimitação territorial foi à implicação dos quatros estados apresentarem como base as áreas de cerrados existentes e caracterizarem dados socioeconômicos nas microrregiões homogêneas do IBGE (Figura 2). Inicialmente 29 microrregiões comporiam a delimitação geográfica e operacional do MATOPIBA com base na caracterização, modelagem e planejamento na extensão dos cerrados. Analisando os dados, além da infraestrutura, dos quadros natural, agrários, agrícola e socioeconômico foram inclusos as microrregiões de Imperatriz, no Maranhão, e Araguaína em Tocantins, totalizando 31 microrregiões e aproximadamente 73 milhões de hectares.



Figura 2: Critérios de delimitação do MATOPIBA | Fonte: Embrapa, 2014.

As áreas que vem sendo ocupadas nestes Estados possuem características para a agricultura moderna, que visam o desenvolvimento econômico e político, devido às mesmas serem planas e extensas com solos produtivos, características uniformes de climas, hidrográficas, recursos minerais e energéticos disponíveis e propícios para aproveitamento da produção agrícola.

A região tem atraídos agricultores de todo país por apresentarem essas uniformidades do clima, solo e relevo que facilitam a mecanização agrícola, além dos baixos preços das terras.

Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA

Foi decretado em maio de 2015 o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA nº8.447/15, cuja finalidade é promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícola e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo o decreto, tem como planejamento orientar programas e ações federais relativos às atividades agrícolas e pecuárias, desenvolvendo infraestrutura logística e tecnológica para promoção da melhoria de renda, emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o órgão responsável, deve monitorar a execução e efetivação desse plano. Articular e elaborar relatórios anualmente sobre a implementação do PDA- MATOPIBA e promoção de debate sobre políticas setoriais. O MAPA deve investir para o crescimento sustentável dos produtores em pesquisas em agricultura e assistência técnica.

Concentração da Produção

A região possui no total de 250.238 estabelecimentos (5,7% do país) no total de 288 mil km² que exploram lavouras temporárias e permanentes, hortícolas, bovinos, porcos, aves, leites e ovos. Dentre estes estabelecimentos, 15% possuem ≤ 100 hectares e a grande maioria, 85%, detém áreas menores que 100 hectares que devem ser consideradas unidades de produção familiar.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do total de estabelecimentos 80% são muitos pobres e geram apenas 5,22% da renda bruta da região, e estes estabelecimentos estão presentes em todos os 337 municípios. Em contrapartida 1,020 estabelecimentos são de classe média/alta (0,42%), adquire mensalmente acima de 200 salários mínimos e geram 59,78% da renda bruta regional. Uma enorme concentração de renda nestas classes.

Verificam-se as disparidades na distribuição das terras e na organização do espaço rural que privilegiam alguns segmentos sociais. Ela ocorre de forma injusta e desigual, esse modelo de agricultura veio associado de má distribuição de terras, elevando as desigualdades sociais no campo e na sociedade.

O avanço da fronteira agrícola desencadeou na reordenação do território nas áreas dos cerrados nordestinos, a partir do desenvolvimento do agronegócio da soja. A atuação do Estado, associada às técnicas de produção do agronegócio acarretou na expropriação de terra que antes pertenciam aos camponeses, mudanças nas relações de trabalho, concentração de serviços que atendem as demandas do campo, alterou a dinâmica e organização espacial da região MATOPIBA.

A lógica da agricultura moderna promove o adensamento de problemas sociais, pois, ela não ocorre de maneira igualitária e sim de privilégios da produção agrícola permitida pelo conjunto de políticas. Martins (1981/1995) ressalta a subordinação dos ramos de produção na agricultura no campo ao capital:

Cresce a dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. [...] Estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse processo observado hoje em nosso país abrange a grande propriedade e a propriedade familiar, de tipo camponês. (MARTINS, 1981/1995, p. 175).

Martins explica a histórica concentração fundiária no Brasil, a luta pela terra e Reforma Agrária é a luta contra o modelo capitalista para transformação da sociedade, uma luta pela sobrevivência. Eles produzem para os seus próprios meios de subsistência.

O Estado atua como o principal agente que financia esse processo produtivo na agricultura mais tecnificado, a adoção do modelo econômico “desenvolvimentista” em benefícios a um grupo seletivo da sociedade. A modernização da agricultura intensifica a concentração fundiária em âmbito nacional.

Problemas Sociais Permanentes

O MATOPIBA que no seu “Plano de Desenvolvimento” com discurso de progresso, trouxe graves impactos sociais e destruição do Cerrado. E nessas áreas são registradas aumento desenfreados de desmatamentos e de conflitos pelo uso da terra das populações tradicionais. Cerca de 2,2 milhões de hectares todos os anos de cerrado são desmatados,

devido o avanço dos monocultivos, dado preocupante de degradação ao bioma que vem crescendo no ritmo acelerado (MATHIAS, 2017) (Figura 3).



Figura 3 - Exploração ambiental no Cerrado. | Fonte: CPT, 2014.

A mecanização da agricultura também trouxe no sistema aquífero do cerrado, pois ocorre a compactação desse solo, causando o desaparecimento de rios, além do agronegócio ser no Brasil o maior consumidor de água (75% desses recursos) segundo a Agência Nacional de Água - ANA (2013), afetando diretamente as comunidades nessa diminuição da vazão dos rios.

Marcado pela expressiva expulsão da população rural de suas terras, as mudanças da produtividade na agricultura agravaram a reestruturação no território, tornando mais complexa a realidade agrária brasileira, reproduzindo a pobreza e precarização do trabalho aos camponeses. Projetos viabilizaram subsídios de financiamentos para grandes empresários produtores que asseguram o controle da terra e o expansionismo de grãos tecnificado no processo produtivo, sem distribuição de terras aos pequenos produtores.

Aumentou a concentração fundiária e acentuou os problemas sociais, desconsiderando a população local do cerrado. Hespanhol (2008), nessa perspectiva, afirmava que:

O sofisticado discurso do desenvolvimento territorial desenvolvido e pensado para outras realidades passou a ser incorporado às políticas públicas. Contudo, as instituições nos diferentes âmbitos encarregadas da execução das políticas continuam atuando como no passado, ou seja, de maneira setorial, numa lógica produtivista. (HESPANHOL, 2008, p. 12).

Os acampamentos dos povos tradicionais tornaram-se espaço de luta e resistência. Famílias buscando mudanças da realidade, reivindicando condições dignas de vida. Os grandes proprietários querem manter seus privilégios, reprimem e ignoram os direitos de democratização do acesso à terra, nascendo assim, o conflito.

Os conflitos envolvem direitos e interesses, reivindicações e lutas. Essa realidade de conflitualidade é crescente na região MATOPIBA, e o Estado não tem possibilitado condições de posse de terras aos camponeses expropriados pelos grandes empresários, tratando a questão agrária como desenvolvimento territorial. As ocupações de terra é uma forma de criação e recriação do campesinato que pressiona e obriga o Estado a procurar soluções para os conflitos.

As medidas políticas do Estado têm contido as ocupações de terra, controlando a luta popular de forma efêmera, porém não solucionado o problema agrário. A Reforma Agrária não avançou, a implantação ficou apenas nas promessas e a luta contra a exploração, a subalternidade e expropriação gerida pelo capitalismo.

Conclusão

A expansão agrícola na região do cerrado, o desenvolvimento territorial de MATOPIBA visa a necessidade de aumentar o crescimento econômico e político, avançando tecnologicamente no mercado internacional.

A região movimentada a crescente economia da produção de grãos, de forma desigual apresenta alta concentração de renda nos diversos estabelecimentos agrícolas e evidenciam os problemas agrários do país, tendo como consequência os conflitos de posse de terras.

O modelo de desenvolvimento econômico e social baseado no Plano de Desenvolvimento Agrário é demarcado pela hegemonia territorial e a exploração desenfreada de biomas da região com a concentração espacial de empreendimentos agrícolas. Nos estudos do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) não é demonstrado a trajetória de povos e comunidades tradicionais na implantação do MATOPIBA que estão diante de exploração e expulsão de seus territórios, estrutura agrária concentrada e conflitos permanentes.

Na busca de continuarem desenvolvendo suas práticas, os camponeses estão em constante luta pela democratização de terras que sofrem com a violência do Poder Público. O

MATOPIBA é uma política moderna nos moldes capitalistas sem bases nas dimensões culturais e identitárias, demarcado pela relação de poder, atende um ramo econômico devastador em suas práticas, resultante em commodities agrícolas, ou seja, o agronegócio.

As propagandas de emprego e renda condicionam o imaginário das comunidades e povos tradicionais. Na essência é uma prática de controle do território pelo capital em que os beneficiários e privilegiados são os seletos grandes empresários do ramo agrícola. A posição da não reforma agrária é fundamentada diante desse decreto com base na concentração fundiária e no modelo desenvolvimentismo agrário exportador no território das comunidades rurais.

Referências Bibliográficas

Agência Nacional de Águas – ANA. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. Disponível em: < http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil/ANA_CRHB_capitulo3.pdf > Acessado em: 20 de agosto de 2017.

Comissão Pastoral da Terra no Maranhão (CPT-MA). **A (não) Reforma Agrária desenvolvimentista do MATOPIBA no Maranhão**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/2954-a-nao-reforma-agraria-desenvolvimentista-do-matopiba-no-maranhao>. Acessado em: 16 de novembro de 2015.

Confederação Nacional da Indústria – CNI. A ferrovia Norte-Sul e a integração nacional. In: **O Caso da região MATOPIBA**, p. 37-38. Brasília, 2014.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi). **MATOPIBA: destrói a natureza e seus povos**. Disponível em: < www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Matopiba_folder-2016.pdf > Acesso em: 17 de dezembro de 2016

EMBRAPA. **Caracterização territorial estratégica do MATOPIBA**. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150211_MATOPIBA_v3.0_website.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2015. Campinas, 2015.

EMBRAPA. **Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA**. 1 Nota Técnica. Campinas, SP, Maio, 2014.

HESPANHOL. Antônio Nivaldo. **Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial**. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário – 2006**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=788&z=t&o=3>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATHIAS, M. **MATOPIBA: na fronteira entre a vida e o capital**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>> Acessado em: 16 de junho de 2017.

Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento – MAPA. **Programa de Cooperação Nipo – Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado – PROCEDER**. Disponível em: <agricultura.gov.br>MAPA, 2004.

SANTOS, Teresa Cristina F. **A expansão da fronteira Agrícola em Balsas**. Disponível em: < https://ciamb.prpg.ufg.br/up/104/o/TESE_FINALTeresa_Cristina_Ferreira_Santos.pdf > Acessado em: 9 de agosto de 2017.